

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1 Aquisição, sob demanda, de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – LEITE, para atender as necessidades do HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO, CAPS AD, CAPS i, CAPS III E PROGRAMA MUNICIPAL IST/AIDS/HEPATITES VIRAIS - NOVA FRIBURGO da SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, pelo período de 12 meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

- |     |               |   |
|-----|---------------|---|
| 1.2 | Requisitante: | <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Subsecretaria de Vigilância em Saúde;</li><li>▪ CAPS AD;</li><li>▪ CAPS i;</li><li>▪ CAPS III;</li><li>▪ Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro</li></ul> |
|-----|---------------|---|

- |     |                      |   |
|-----|----------------------|---|
| 1.3 | Fundamentação legal: | Pregão Eletrônico via registro de preços com base na Lei 10.520/2002 c/c 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020; |
|-----|----------------------|---|

- |     |          |           |
|-----|----------|-----------|
| 1.4 | Período: | 12 meses. |
|-----|----------|-----------|

- |     |       |  |
|-----|-------|--|
| 1.5 | Tipo: | Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93. |
|-----|-------|--|

#### 2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
<b>COTA EXCLUSIVA</b>			
01	Leite em Pó. Origem: Vaca Teor de Gordura: Integral Solubilidade: Instantâneo Apresentação: Recipiente hermeticamente fechado de uso único de 800g.	LATA	200
02	Leite Longa Vida Tipo A – Desnatado UHT – Embalagem 1 Litro.	UNID.	144
03	Leite Longa Vida Tipo A – Semidesnatado – UHT – ZERO LACTOSE – Embalagem 1 litro.	UNID.	108
<b>COTA PRINCIPAL</b>			

04	Leite Longa Vida – Integral UHT – Embalagem tetra pack de 1 litro	UNID.	18.063
<b>COTA RESERVADA</b>			
05	Leite Longa Vida – Integral UHT – Embalagem tetra pack de 1 litro	UNID.	6.021

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das Unidades de Saúde que compõe sua estrutura, com a devida previsão dos materiais utilizados.

3.2 ITEM 01 - A aquisição, sob demanda, de Leite em Pó é essencial para suprir, visando atender a demanda do Programa Municipal IST/AIDS/HEPATITES VIRAIS NOVA FRIBURGO, sendo imprescindível para bebês expostos ao vírus HIV, tendo em vista que não podem receber leite materno por causa do grave risco de contaminação vertical do vírus da mãe para o bebê, que são acompanhados até os 02 anos de idade e geralmente pertencem a famílias de baixa renda.

3.3 A aquisição do presente insumo viabilizaria o acolhimento e continuidade do tratamento dessas crianças. Cerca de 10 nascimentos ocorreram em 2021 e as crianças são acompanhadas pelo setor.

3.4 ITEM 02 - A aquisição possui a finalidade de assegurar a manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das Unidades Requisitantes, contribuindo com a oferta de uma alimentação adequada e equilibrada para o desenvolvimento saudável de seus pacientes e demais usuários garantindo segurança alimentar e nutricional aos assistidos, bem como adequadas condições de saúde.

3.5 A presente aquisição de Gêneros Alimentícios - LEITE visa atender a demanda das Unidades na oferta dos alimentos aos pacientes, servidores, colaboradores e usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Nova Friburgo e regiões assistidas por estas unidades.

3.6 O quantitativo requisitado atenderá a demanda das Unidades e Dispositivos pelo período de 12 (doze) meses e se dará através do regime de Sistema de Registro de Preços.

3.7 As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicadas pela equipe técnica das Unidades Requisitantes, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas no presente, cabendo ao servidor que ora subscreve apenas a reprodução dos aspectos formais consoante à legislação vigente.

3.8 Os quantitativos dos itens requisitados pelo HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO, CAPS AD, CAPS I e CAPS III, foram baseados no histórico de consumo das Unidades consoantes ao Processo Administrativo de nº 2886/22, último procedimento licitatório para

aquisição de Gêneros Alimentícios para atender a demanda das Unidades e Dispositivos de Saúde, conforme se comprova pelas planilhas anexadas aos autos.

3.9 ITEM 03 – Solicitado pelo HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO pela primeira vez não havendo assim histórico de consumo, sendo assim foi considerada a quantidade per capita de 200ml, sendo o quantitativo suficiente para dietas com restrição de gordura durando o período de 12 meses.

3.10 ITEM 04 - Solicitado pelo HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO pela primeira vez não havendo assim histórico de consumo, sendo assim foi considerada a quantidade per capita de 200ml, sendo o quantitativo suficiente para fornecer até com restrição de lactose durando o período de 12 meses.

3.11 Cabe ressaltar que o PROGRAMA MUNICIPAL IST/AIDS/HEPATITES VIRAIS - NOVA FRIBURGO da SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE solicita o item pela primeira vez, tendo estimando seu quantitativo nos 10 nascimentos acompanhados em 2021.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

#### 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.30.15
5.1.2	Fonte de Recurso:	1600 - SUS

300001.10.305.0086.2.213 – Subsecretaria de Vigilância em Saúde - PROGRAMA MUNICIPAL IST/AIDS/HEPATITES VIRAIS. - NOVA FRIBURGO

5.1.3. Programa de Trabalho:

30001.10.302.0083.2.198 – CAPS

30001.10.302.0085.2.203 – HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO.

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

## 6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1 A entrega deverá ser fracionada conforme necessidade e solicitação das Unidades Requisitantes com prazo não superior a 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da nota de Empenho ou documento equivalente, o qual indicará o respectivo quantitativo, marca e demais informações importantes a respeito do item a ser entregue naquela ocasião:

Secretaria requisitante:	Secretaria Municipal de Saúde
Endereços:	Subsecretaria de Vigilância em Saúde - Programa IST/AIDS/HIV– Rua Plínio Casado, s/n, Vila Amélia, Sala 05. CAPS AD – Avenida Comte Bittencourt, 142. Centro – Nova Friburgo/RJ. CEP: 28625-000 CAPS i – Avenida Júlio Antônio Thurler, 431 – Olaria – Nova Friburgo/RJ. CEP: 28620-000 CAPS III – Rua Padre Roberto Saboia de Medeiros, 24B – Centro – Nova Friburgo/RJ. CEP: 28613-080
Horários de entrega:	Programa IST/AIDS/HIV – Segunda à Sexta de 8h às 17h CAPS AD - Segunda à Sexta de 9h às 15h CAPS i - Segunda à Sexta de 9h às 16h CAPS III - Segunda à Sexta de 8h às 17h HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO – Segunda à Sexta de 8h às 12h

6.2 Os Gêneros Alimentícios serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019.

## 8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- 9.2. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;
- 9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.4. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;
- 9.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à contratada;
- 9.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 9.7. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;
- 9.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.10. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 10.2. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:
- 10.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;
- 10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.8. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la na execução do Contrato;

10.9. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.10. Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

10.11. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Saúde;

## 11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.2. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2. Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Eduardo da Costa Mendonça de Melo	063.345	Gestor Titular





Gilmara Guimarães Souza	063.343	Gestora Substituta
PROGRAMA MUNICIPAL IST/AIDS/HEPATITES VIRAIS - NOVA FRIBURGO		
Alícia Siqueira Emerich	063.219	Superior Imediato
Michelle Caetano	207.768	Fiscal Titular
Teresa Polo	31853919	Fiscal Substituta
CAPS AD		
Claudia Pietrobon de A. Mafra	299.138	Superior Imediato
Erick Daudt	115.142	Fiscal Titular
Bárbara Salotto Marchetti	115.218	Fiscal Substituta
CAPSi		
Juliana Rezende Costa	063.311	Superior Imediato
Carolina Gianfaldoni Viana	115.186	Fiscal Titular
Armando Valmir Sardinha	112.079	Fiscal Substituto
CAPS III		
Sândia Mello Tozato	299.441	Superior Imediato
Luciana Rodrigues de O. Ângelo	062.194	Fiscal Titular
Mariana Oliveira Siqueira Alves	063.248	Fiscal Substituto
HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO		
Adriane de Jesus Schenquel	299.287	Superior Imediato
Tânia Maria Amorim Costa	299.369	Fiscal Titular
Raísa Vieira Pacheco Barbosa	115.291	Fiscal Substituta

13.3. O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

13.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

14.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos do setor requisitante, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.



## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, a contratada que:

15.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

15.1.2. Apresentar documentação falsa;

15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.5. Não mantiver a proposta;

15.1.6. Cometer fraude fiscal;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

15.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

15.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

15.3.1. Advertência;

15.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

15.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilita-

ção perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

15.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.3.9. - As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

15.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 17. DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Saúde o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.3. Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

17.4. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17.5. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 29 de Agosto de 2023.



GESTOR:

\_\_\_\_\_  
Eduardo da Costa Mendonça de Melo  
Matr: 063.345

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

\_\_\_\_\_  
Nicole Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária Municipal de Nova Friburgo  
Matr: nº 106.137